Educadores cobram aprovação do novo PNE

Mais importante plano do setor, com metas para 2020, ele deve elevar os investimentos na área para 7,4% do PIB

Demétrio Weber
demetrio@bsb.oglobo.com.br

● BRASÍLIA. Palco de uma acirrada disputa para aumentar as verbas do ensino, a comissão especial da Câmara que analisa o novo Plano Nacional de Educação (PNE) pode votar o projeto nas próximas semanas.

Deputados que buscam elevar a meta de investimento público dos atuais 5,1% para 10% do PIB (Produto Interno Bruto) na próxima década ouviram um sonoro não do ministro da Fazenda, Guido Mantega, na última terça-feira. Mas ele sinalizou que o governo poderá dar um ligeiro acréscimo à proposta original, de 7% para 7,4% do PIB. Foi o suficiente para fortalecer o discurso de que não há mais espaço para negociação e de que chegou a hora de votar o plano.

— No geral, já há um consenso. O problema é a meta 20, a do financiamento. Trabalhei pelos 10%. Mas é melhor um bom acordo do que nada. O pior dos mundos é não ter PNE — resume o deputado Gilmar Machado (PT-MG), vice-líder do governo no Congresso.

O relator da matéria, o deputado Angelo Vanhoni (PT-PR), anunciou que apresentará nesta semana um novo substitutivo, com meta de investimento público direto de 7,5% do PIB. O primeiro substitutivo, de dezembro, falava em 8%. Ainda assim, os 7,5% de investimento direto representam mais dinheiro. O motivo é que o gasto total considera outras despesas, como contribuição previdenciária patronal das redes públicas sobre a folha do magistério, empréstimos do Financiamento Estudantil (Fies) e renúncia fiscal do Programa Universidade para Todos (ProUni).

Reunido na terça-feira, em Brasília, o Conselho Nacional de Educação (CNE) divulgou nota cobrando pressa dos parlamentares. O texto foi assinado pelo presidente do conselho, Antonio Carlos Ronca, defensor do patamar de 10%. Por meio de sua assessoria, o ministro da Educação, Aloizio Mercadante, disse que pediu urgência aos deputados e que espera que o texto seja aprovado em maio.

O Plano Nacional de Educação está previsto na Constituição. A ideia é que ele sirva de roteiro para articular esforços educacionais da União, das prefeituras e dos governos estaduais. O primeiro plano vigorou de 2001 a 2010 e foi criticado por ser vago e de difícil fiscalização.

O novo PNE começou atrasado. O governo enviou o projeto de lei à Câmara em 20 de dezembro de 2010, quando o plano em vigor só tinha mais 11 dias de vigência. De lá para cá, o país está sem PNE.

A diretora-executiva da organização não governamental Todos pela Educação, Priscila Cruz, diz que o prejuízo é grande, pois a demora tem efeito cascata: retarda a elaboração dos planos estaduais e municipais.

O coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, também critica a demora na aprovação. Para ele, isso mostra que a educação não é prioridade do governo federal.

— Tenho certeza de que é para o Ministério da Educação, mas não para o conjunto do governo. Tanto é que o ministro Guido Mantega (Fazenda) só entrou no debate mais de um ano depois de o governo enviar o plano ao Congresso. E recebeu os deputados a portas fechadas, no Ministério da Fazenda.

No que diz respeito às metas, Priscila, do Todos Pela educação, elogia o texto.

— O plano está bom. Se cumprirmos 80% do que está ali, daremos um salto. Meu receio é que a gente gaste toda a energia na elaboração do plano e, depois, cada um vá cuidar de sua vida. A gente não é contra os 10%: queremos que o plano seja aprovado com o máximo possível e vá aumentando progressivamente — afirma Priscila.

A comissão especial encarregada de analisar o texto só foi criada pela Câmara em abril de 2011. O projeto recebeu número recorde de emendas: 2,9 mil. Em dezembro, o relator Vanhoni apresentou o primeiro substitutivo. Aí começou outra batalha: a tentativa de agendar uma reunião com Mantega. Com maioria governista, a comissão evitou convocar o ministro. Só foi recebida a portas fechadas, na sede do Ministério da Fazenda.

O deputado Lelo Coimbra (PMDB-ES), presidente da comissão especial, diz que a ida ao gabinete de Mantega gerou constrangimento. Ele afirma que a demora em falar com o ministro também atrasou a votação do projeto. De concreto, diz que o encontro não trouxe nada, pois até mesmo a elevação do financiamento para 7,4% do PIB já estava na mesa.

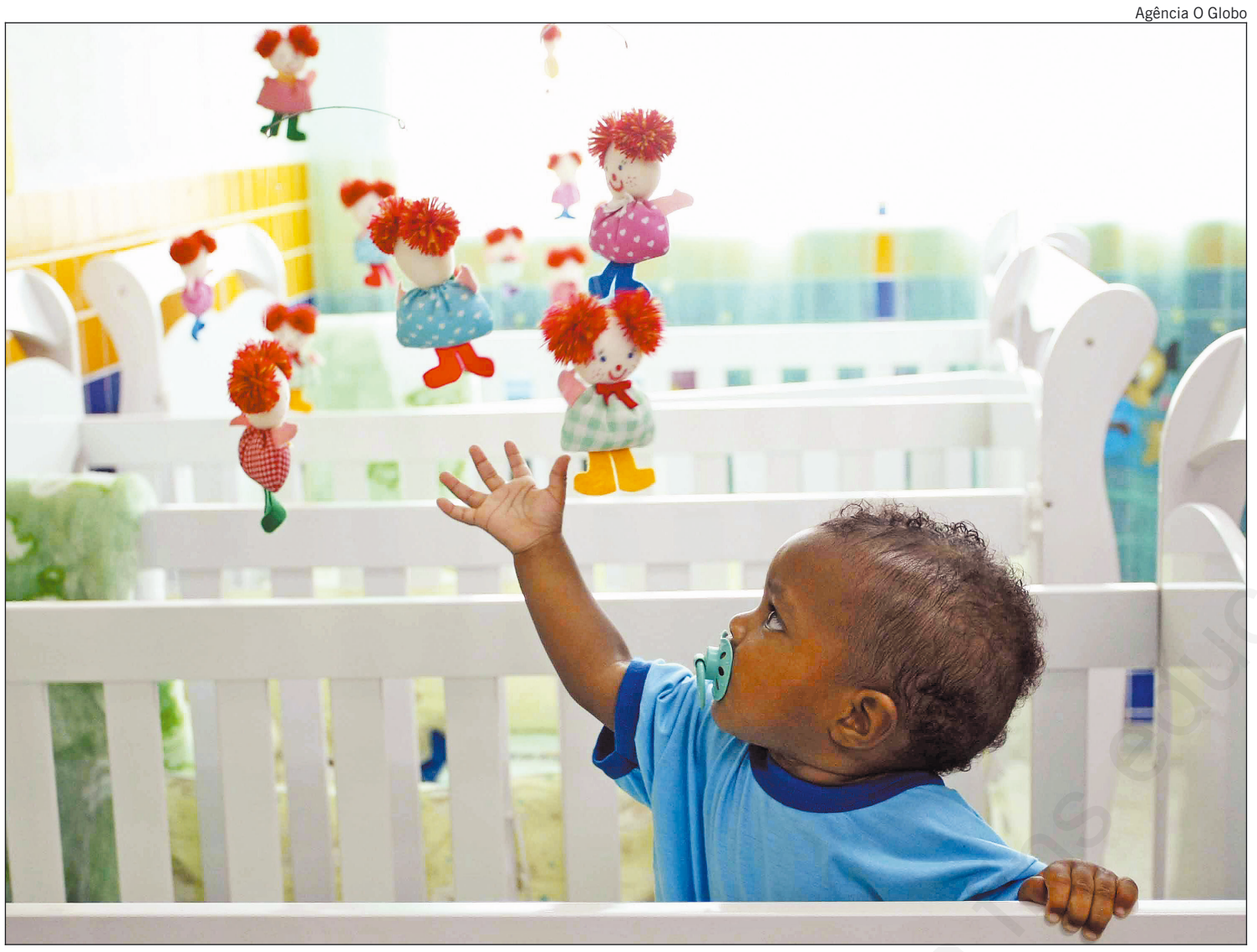
— Se tivéssemos feito a reunião em dezembro, já teríamos votado em março. Saímos de lá com nada. Mas a reunião serviu para demarcar posições e diminuir a tensão face à dificuldade do ministro em ir à comissão — diz Lelo.

Insatisfeito, o deputado Ivan Valente (PSOL-SP) vai pedir a convocação de Mantega, alegando que o debate deve ser público. Valente diz que o alcance das outras 19 metas do projeto de lei dependem do montante disponível. Ou seja: dependendo da meta 20, o cobertor encurta.

— Achei a reunião improdutiva e decepcionante. O ministro não estava por dentro do papel de um plano como esse — diz.

O deputado apresentou um projeto alternativo na forma de emenda. Quer forçar a votação da matéria em plenário, o que depende do apoio de 51 parlamentares. ■

Agência O Globo



CRIANÇA EM creche de Japeri, no Rio: a expansão do atendimento de zero a três anos de idade é um dos maiores desafios do país hoje em dia

Editoria de Arte

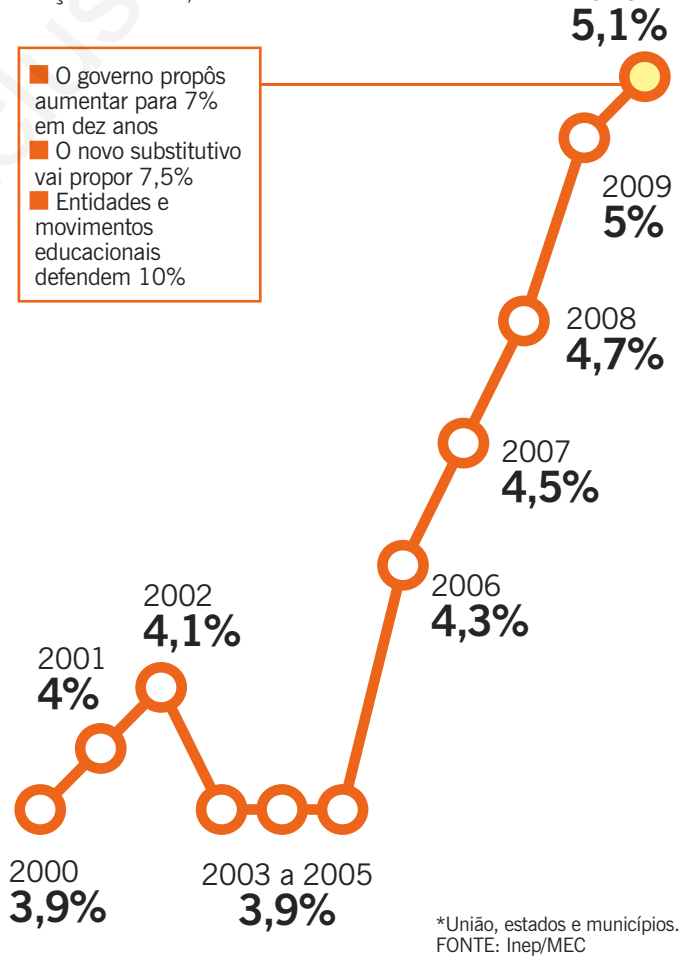
Conheça as propostas

AS 20 METAS DO PNE*

1. Universalizar, até 2016, o atendimento da população de 4 e 5 anos e ampliar a oferta de creche para crianças de até 3 anos
2. Universalizar o ensino fundamental para toda a população de 6 a 14 anos e garantir que pelo menos 85% dos alunos concluam essa etapa
3. Até o quinto ano do PNE, universalizar o atendimento à população de 15 a 17 anos e garantir que ao menos 75% desses jovens estejam matriculados no ensino médio. Em dez anos, elevar o índice para 90% e assegurar que 90% dos jovens de 19 anos já tenham concluído o nível médio
4. Universalizar o atendimento da população de 4 a 17 anos com deficiência ou superdotação
5. Alfabetizar todas as crianças até o final do 2º ano do ensino fundamental
6. Oferecer educação em tempo integral para 25% dos alunos das escolas públicas de ensino básico
7. Melhorar o fluxo e a aprendizagem na educação básica, atingindo valores pré-estabelecidos no Ideb
8. Elevar a escolaridade média da população de 18 a 29 anos, garantindo no mínimo nove anos de estudo. Igualar a escolaridade média entre brancos, negros e demais cores e raças declaradas ao IBGE
9. Erradicar o analfabetismo absoluto entre a população de 15 anos ou mais e reduzir pela metade o analfabetismo funcional
10. Integrar pelo menos 25% das matrículas de educação de jovens e adultos ao ensino profissional
11. Triplicar as matrículas da educação profissional técnica de nível médio
12. Garantir a matrícula no ensino superior de pelo menos 33% da população de 18 a 24 anos
13. Elevar para 75% a proporção de mestres e doutores entre os professores do ensino superior
14. Elevar o número de matrículas na pós-graduação *stricto sensu* até formar anualmente 70 mil mestres e 30 mil doutores
15. Garantir que 100% dos professores da educação básica tenham nível superior
16. Garantir que 50% dos professores da educação básica tenham pós-graduação e acesso à formação continuada
17. Igualar o rendimento médio dos professores da educação básica ao dos demais profissionais de mesma escolaridade
18. Pelo menos 90% dos profissionais da educação básica deverão ser de carreira e trabalhar nas redes escolares a que pertencem
19. Em dois anos, dar condições para a implementação de uma gestão democrática nos sistemas de ensino e escolas públicas
20. Ampliar o investimento público total para, no mínimo, 8%** do PIB no fim do decênio

O projeto do novo Plano Nacional de Educação

Investimento público* direto em educação no Brasil, em % do PIB



*União, estados e municípios.
FONTE: Inep/MEC

* Substitutivo apresentado em dezembro de 2011. ** Investimento público total é diferente de investimento direto, pois inclui despesas com a cota patronal da contribuição previdenciária do magistério, empréstimos do Fies e renúncia fiscal do ProUni. A nova versão do substitutivo vai propor 7,5% do PIB de investimento direto e 8% ou 8,1% do PIB de investimento total.
FONTE: Sistema de consulta a projetos de lei da Câmara dos Deputados.

Fórum de educação critica o Ideb

● BRASÍLIA. Principal baliza para medir a qualidade do ensino brasileiro, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), criado no governo Lula, está sob ataque. O Fórum Nacional de Educação, grupo de entidades encarregado de fiscalizar a execução do Plano Nacional de Educação (PNE), é contra o uso dele como parâmetro para aferir a melhoria da aprendizagem.

Em março, o fórum pediu formalmente ao relator do projeto de lei do PNE, o deputado Angelo Vanhoni (PT-PR), que alterasse a redação da meta 7 — uma das 20 previstas no plano. O pedido vai na contramão do que pretendia o Ministério da Educação em 2007, quando o então presidente Lula lançou o Plano de Desenvolvimento da Educação. Baseado no Ideb, o plano traçou metas de qualidade para 2021, quando o governo espera que os estudantes brasileiros atinjam o nível médio de aprendizagem demonstrado pelos países desenvolvidos em 2003.

O Ideb é a soma de dois indicadores: os resultados da Prova Brasil, teste de português e matemática aplicado na rede pública, e a taxa de aprovação dos alunos.

Um dos integrantes do fórum, o coordenador-geral da Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Daniel Cara, diz que o Ideb tem aspectos positivos, mas também falhas:

— É um instrumento válido, mas dá uma fotografia muito distorcida. Precisa ser aperfeiçoado, com a construção de um sistema nacional de avaliação da educação básica que inclua outros elementos, como variáveis socioeconômicas dos alunos, o lugar onde as escolas funcionam e os insumos que existem em cada escola.

Se depender do fórum, o novo PNE continuará fazendo referência ao Ideb, mas a meta 7 ganhará nova redação. O substitutivo de Vanhoni diz: "Fomentar a qualidade da educação básica em todas etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o Ideb". Já o fórum defende que "a qualidade da educação não deve ser vinculada a um único índice, como o Ideb". A redação proposta pelo fórum substitui o Ideb por "diretrizes operacionais e conceituais da avaliação que visem à melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a alcançar o padrão de qualidade e equidade constitucionalmente determinados". ■

Fonte: O Globo, Rio de Janeiro, 16 abr. 2012. Primeiro Caderno, p. 4.